

SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Introdução.....	17
1 A Lei de Proteção de Cultivares sob a ótica da Teoria Política – Uma abordagem sucinta.....	27
2 Histórico do tema no Brasil.....	33
3 Inserção internacional do tema.....	37
4 A polêmica ideológica em torno da proteção de cultivares.....	41
4.1 Argumentos a favor.....	42
4.2 Argumentos contrários.....	43
4.3 Discussão dos argumentos.....	45
4.3.1 Sobre a necessidade de se instituir a proteção de cultivares para viabilizar maior nível de investimentos em melhoramento vegetal.....	45

4.3.2	Sobre o aumento de produtividade da terra a partir da instituição do sistema de proteção de cultivares.....	48
4.3.3	Da possibilidade de a proteção de cultivares induzir ao aumento do preço das sementes e à concentração do parque produtor de sementes.....	49
4.3.4	Sobre a facilitação do fluxo de material genético e de sementes comerciais entre o Brasil e o exterior.....	51
4.3.5	Da possível desnacionalização do parque produtor de sementes e de pesquisas genéticas.....	53
4.3.6	Do risco de estreitamento do patrimônio genético na agricultura brasileira.....	54
4.3.7	Da impossibilidade de dar continuidade a processos tradicionais de produção de sementes no âmbito das pequenas comunidades e das cooperativas.....	55
4.3.8	Do atendimento às disposições do Gatt e da adesão à UPOV.....	55
4.3.9	Da existência de leis similares nos parceiros do Mercosul.....	57
4.3.10	Da necessidade e da urgência da Lei de Proteção de Cultivares em função da Lei de Patentes.....	57
4.3.11	Do temor de que as salvaguardas sejam aplicadas segundo critérios discriminatórios.....	58
4.3.12	A questão ética ou a falta de indenização às comunidades camponesas e indígenas.....	59
5	Os projetos de lei.....	61

5.1	Características dos projetos de lei.....	61
5.2	A tramitação dos projetos de lei no Congresso Nacional.....	63
5.2.1	Na Câmara dos Deputados.....	63
5.2.2	No Senado Federal.....	68
5.2.3	No retorno à Câmara dos Deputados.....	70
6	Os atores na tramitação dos projetos de lei.....	71
7	Aspectos específicos da lei – discussão e análise.....	77
7.1	A exclusividade para o obtentor.....	77
7.2	O <i>pipeline</i>	78
7.3	A cultivar “essencialmente derivada”.....	80
7.4	O “privilégio do agricultor”.....	82
7.5	O tratamento a ser dado às espécies de propagação vegetativa.....	84
7.6	As salvaguardas relativas ao direito exclusivo do obtentor.....	88
7.7	A permissão para uso em pesquisas e melhoramento genético.....	90
8	Algumas observações sobre questões de ordem institucional pública.....	93
8.1	Possíveis reflexos sobre a orientação da pesquisa agropecuária.....	93
8.2	A questão da coordenação e administração do processo de proteção de cultivares.....	96

8.3 A fiscalização da aplicação da lei.....	98
9 Conclusões.....	101
Referências.....	105
ANEXO I	
Relação de países que aderiram à UPOV até meados de 1998.....	109
ANEXO II	
Relação de países que aderiram à UPOV até outubro de 2009.....	113
ANEXO III	
Cultivares incluídas nas listas de Recomendações de Cultivares.....	119
ANEXO IV	
Lista dos atos que homologaram as Recomendações de Cultivares.....	131
ANEXO V	
Síntese da tramitação dos projetos de lei.....	135